

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1988

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, pela unanimidade dos membros presentes à 116ª reunião ordinária, realizada em Brasília, no Edifício-Sede do Ministério da Justiça, no dia 22 de fevereiro de 1988,

RESOLVE extinguir as Comissões de Legislação e, de Ensino e Pesquisa, objetos das Resoluções nºs 30 e 31 de 1987, face a adoção de novos mecanismos de trabalho no corrente exercício.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1988

O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, pela unanimidade dos membros presentes à 116ª reunião ordinária, realizada em Brasília, no Edifício-Sede do Ministério da Justiça, no dia 22 de fevereiro de 1988,

RESOLVE acolher na íntegra o Parecer do Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, relativo a competência em matéria de execução penal, (Justiça Estadual e Justiça Federal), cujo teor segue transcrito: "I- Atendendo a ordenação do Exmº Sr. Conselheiro Presidente, alusiva a indagação da Ilustre Juíza da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, feita na Reunião da Região Nordeste, teço as considerações em tendidas pertinentes à determinação de competência em matéria de execução penal, havendo condenação tanto por Juiz de Estado-membro da nossa República, como por Juiz Federal. Em primeiro lugar, com tal finalidade, reclama incidência o artigo 65 da Lei de Execução Penal, cujo teor é o seguinte: "A execução penal competirá ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao da sentença" (com destaques). A intenção do legislador, como fácil de perceber pelas palavras destacadas, foi a de, demarcando a área de competência dos órgãos jurisdicionais incumbidos da execução penal, consagrar o estabelecimento de um juízo especificamente competente, como tal definido na lei local de organização judiciária (cf., aliás, o disposto no artigo 144 da Constituição Federal, com a redação da Emenda n. 7, de 13 de abril de 1977). É o que, expressamente, consta dos itens 92 e 93 da Exposição de Motivos do Projeto que se transformou na Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, nos quais se lê, ao final, verbis: "O texto da conclusão votada naquele conclave já deixava antever a figura do juiz de execução, surgido na Itália em 1930 e em França após 1945. 93. Esse juízo especializado já existe, entre nós, em algumas Unidades da Federação. Com a transformação do Projeto em lei, estamos certos de que virá a ser criado, tão celosamente quanto possível, nos demais Estados e Territórios". II- Por aí se vê, a salvo de qualquer dúvida, que o juízo competente para a execução penal é o determinado na lei local de organização judiciária, editada pelas unidades da República Federativa. Só mesmo a sua falta é que o juízo competente será o em que proferida a sentença condenatória. Essa derradeira afirmação merece, contudo, mais detida reflexão, atrelada, já agora, ao enunciado do parágrafo único do artigo 29 da Lei de Execução Penal, assemelhado na íntegra: "A jurisdição penal dos juízes ou tribunais da justiça ordinária, em todo o território nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta lei e do Código de Processo Penal. Parágrafo único. Esta lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito a jurisdição ordinária". Com efeito, não poderiam deixar de ser focalizadas as situações em que a condenação provém de órgão da Justiça Criminal Especial (Eleitoral ou Militar), mas o sentenciado cumpre a pena em estabelecimento prisional "sujeito a jurisdição ordinária", isto é (rectius) à Justiça Criminal comum (v., a respeito, artigo 19 do Projeto de Código de Processo Penal, em tramitação no Congresso Nacional; e item 15 da respectiva Exposição de Motivos). Isso porque, a evidência, só o órgão jurisdicional correcedor do presídio tem atribuição legal para supervisão a execução da pena privativa de liberdade, nos termos do artigo 66 (especialmente, incisos I a V) da mesma Lei n. 7.210, de 1984. III- Do mesmo modo, havendo condenações, simultâneas, ou subsequentes, por órgão da Justiça Estadual e da Justiça Federal, ou, ainda, única condenação por um desta, é competente para a execução, exclusivamente, o juízo de execução penal da Justiça local, sempre que (como, normalmente, acontece) o condenado cumprir a pena em estabelecimento prisional estadual. Como ressaltou a Segunda (2a.) Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Habeas Corpus n. 40.575-3, da Comarca de Santos, em acórdão da lavra do eminente Desembargador WEISS DE ANDRADE, perfeitamente sintonizado com a exigência do artigo 65 da Lei de Execução Penal. "... a legislação determina que a execução somente incumbirá ao juiz da sentença quando não houver juiz

especial. "esta" (execução da pena), "não apenas face ao disposto na legislação processual penal, como também diante das regras expressas na Lei de Execuções Penais, é privativa do juiz indicado na lei local de organização judiciária, ou seja, do Juízo da Execução" (in RT, 608/299-300, com destaques). IV- Ex positis, quer jurídica, quer praticamente, a competência para a execução da pena é, prevalecentemente, do Juízo da Execução Penal, como tal definido na lei local de organização judiciária, seja qual for o órgão jurisdicional criminal sentenciante, tanto da Justiça Comum, quanto da Justiça Especial. Somente na sua falta é, ainda, se isso for possível, é que ela se estenderá para o Juízo em que pronunciada a sentença condenatória".

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 25/88)

EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES
Presidente

ATA DA 114ª REUNIÃO (25.01.88) MANHÃ

As 10:00 do dia 25 de janeiro de 1988, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na Sala Nº 302 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. Conselheiros presentes: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, ROGÉRIO LAURIA TUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, RENE ARIEL DOTTI e RUY DA COSTA ANTUNES. I- Abertura e aprovação das Atas - 109ª a 113ª, aprovadas à unanimidade. II- Análise do desempenho do CNPCP em 1987 - Pelo Presidente, foi solicitado aos Conselheiros presentes que se manifestassem sobre o tema. a) - O Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, disse que o CNPCP/1987, foi pioneiro quanto à realização de suas reuniões descentralizadas nas várias regiões do País e na criação dos Conselhos Estaduais de Política Criminal e Penitenciária. Frisou que esses Conselhos embora instalados, carecem de implementação para acelerar a sua dinâmica; b) - pelo Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, foi dito que embora recente no CNPCP, julga da maior oportunidade que o CNPCP prossiga o trabalho e encetado no exercício anterior, estando, quando possível, mais próximo dos Sistemas Penitenciários Estaduais, no sentido de verificar suas necessidades e seus planejamentos; c) - pela Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, foi dito que o CNPCP/1987, estabeleceu a ponte de ligação entre as diversas regiões visitadas e o Ministério da Justiça. Ressaltou o excelente trabalho que o DEPN vem desenvolvendo no sentido de operacionalização de recursos, tanto nos projetos de construção quanto na utilização dos núcleos da Escola Penitenciária Nacional. Ao final sugeriu que o CNPCP desenvolvesse também atividades preventivas ao crime, através de testes escritos e publicados, visando assim a divulgação dos trabalhos elaborados; d) - pelo Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, foi dito que somente a través da operacionalização a contento do Sistema, que advém a necessidade da aplicação de recursos, calculados estes em objetos sólidos e bem definidos. Ressaltou que a Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, não vem sendo observada e, que, o que vige é o Código de Processo Penal. Ratificou o que foi dito no sentido de que o CNPCP desenvolve a atividade pedagógica via elaboração de simples cartilhas informativas que venham a proporcionar às Secretarias de Justiça, orientações quanto à aplicação da Lei de Execução Penal, desenvolvimento de projetos ligados à arquitetura prisional, convênios e termos de cooperação técnica, vinculados todos, a recursos que o Ministério possa repassar aos Sistemas Regionais. Ressaltou ainda a necessidade de cada Unidade Federada elaborar a sua própria Lei Penal; e) - pelo Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO, foi dito que o CNPCP/1987, foi extremamente atuante, verificando-se tal afirmativa no entusiasmo observado no seio do Conselho. Postulou pela mudança de mentalidade no Sistema Penitenciário comungando com as sugestões emitidas pelos Conselheiros SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND. Disse ainda que as reuniões descentralizadas do CNPCP marcaram a gestão-1987, manifestada nas repercussões veiculadas pela imprensa em geral. Sugeriu que o Conselho visite Mato Grosso do Sul e os demais Estados que compõem a Região Centro-Oeste. É plenamente favorável à circulação de publicação específica do Conselho; f) - pelo Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, foi dito que a atuação do Conselho/1987 foi vigorosa, embora as reuniões descentralizadas não tenham alcançado a objetividade das demais realizadas na sede, cuja concentração de esforços elucidam rapidamente a demanda do Sistema. Sugeriu que os grandes temas da Lei de Execução Penal fossem enfrentados pelo Conselho em 1988, através de divisão de trabalho a ser delegado a um Conselheiro que definiria os temas e os traria às reuniões para discussão e, após a aprovação, organizasse um sistema de documentação da Lei que seria repassado aos diversos Sistemas do País; pelo Presidente foi informado que concorda com a colocação supra, mas que, no que tange às reuniões descentralizadas, informou que em havendo perda de objetividade houve grandes vantagens quanto aos aspectos subjetivos; g) - pelo Diretor-Geral do DEPN/MJ foi dito que o Departamento enviou inúmeros esforços para responder às expectativas regionais advindas das reuniões descentralizadas do CNPCP. Em decorrência o relator informou que foi possível desencadear as seguintes providências: a) Ônibus: fornecidos aos Estados do Rio Grande do Sul, Pará e Maranhão; b) BNDES: captação de recursos para Informática e Pesquisa - Encaminhados àquele Banco 15 projetos, dos quais, 12 deles já foram analisados e os 3 restantes encontram-se ainda em fase de consulta; c) Financiamento: dotação: 600 milhões - aplicados em projetos viáveis para construção, atingindo, destarte, a criação de 1200 vagas novas. Os diversos